

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 267, DE 2004

(Apensada: PEC nº 67/2011)

Dá nova redação ao Inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal.

Autores: Deputados IVAN VALENTE

Relator: Deputado DANIEL FREITAS

I - RELATÓRIO

A presente proposta de emenda à Constituição altera o inciso VI do art. 206 da nossa Carta Magna para substituir, entre os princípios sob os quais o ensino deve ser ministrado, a gestão democrática do ensino público por gestão democrática da educação.

Na sua justificação, os autores argumentam ser impossível democratizar todas as escolas “se a gestão democrática e nela, a participação de todos, se restringe, como princípio, somente às escolas públicas.”

Acreditam que os princípios elencados nos incisos II e III do art. 206 (liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas) não encontram respaldo para a sua plena efetivação se, em todo e qualquer estabelecimento de ensino, a gestão democrática não pode ser implementada.

Por fim, esclarecem estar convictos de que a proposição cria condições legais para a implementação de uma nova e mais efetiva política de democratização da gestão da educação em nosso País.

Em apenso, tramita a PEC nº 67, de 2011, cujo primeiro subscritor é o Deputado Emiliano José, que também altera o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, para acrescentar que o princípio da gestão

democrática do ensino público se dará com eleição direta de dirigentes das instituições de educação básica e superior, na forma da lei.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, b c/c art. 202) determina caber à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame de admissibilidade das propostas de emenda à Constituição.

Nesse sentido, é preciso averiguar se a Proposta de Emenda à Constituição nº 267, de 2004 atende às exigências do art. 60 da Constituição Federal.

Constata-se que o quórum de iniciativa foi atendido, pois a Secretaria Geral de Mesa atesta que a PEC nº 267, de 2004, foi apresentada por cento e oitenta Deputados, enquanto a PEC nº 67, de 2011, por cento e oitenta e sete Deputados, o que ultrapassa o terço mínimo exigido constitucionalmente.

Outrossim, verifica-se que não há óbice circunstancial que impeça a regular tramitação da proposição. O País encontra-se em plena normalidade político-institucional, não estando em vigor, no momento, intervenção federal, estado de defesa, ou estado de sítio.

De outra parte, as proposições merecem ser apreciadas por esta Casa, uma vez que foram preservadas as cláusulas pétreas e nelas não se observam qualquer tendência para abolição da forma federativa de Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais.

No tocante à técnica legislativa, a Comissão Especial a ser criada para disciplinar o mérito da matéria deverá estar atenta para a necessidade de incluir, em ambas as PECs, a expressão “(NR)”, ao final do

último inciso do art. 206 da Constituição Federal, conforme exigência da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nosso voto é no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 267, de 2004, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2011.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2019.

Deputado **DANIEL FREITAS**
Relator